SÉRGIO DA SILVA PINTO
Bolseiro do Instituto de Alta Cultura

Individualismo e Colectivismo na Génese da Nacionalidade Portuguesa

2.ª edição, actualizada

POSFÁCIO:

Os Fundamentos da Comunidade Portugueso-Brasileira

MCMLVIII

Edição da
Delegação Bracarense da Sociedade Histórica
da Independência de Portugal

Individualismo e Colectivismo na Génese da Nacionalidade Portuguesa

Para o Ex.mo Senhor General
Luís da Câmara Pina,
com a mais alta consideração.
O Autor
Sérgio Ribeiro Pinto

DO AUTOR:

Individualidade Antropogeográfica de Portugal — Coimbra, *Biblos,* 1938.

Filósofos de Braga — Braga, 1942.

A Naturalidade de Francisco Sanches — Análise Crítica de um Novo Documento — *Mínia,* Fasc. 2.º, Braga, 1945.

A Naturalidade de Francisco Sanches — Livraria Cruz, Braga, 1946.

O Primeiro Tratado de Aliança Anglo-Português — Tratado de Tagilde de 10 de Julho de 1372 — Edições *Bracara Augusta,* Braga, 1948.

O Bispo de Braga Balcónio e a Primeira Conversão dos Suevos — Edições *Bracara Augusta*, Braga, 1949.

Alfredo Pimenta — Estudo Crítico da Sua Vida e da Sua Obra — Braga, 1950 — (Prefácio a *Guerra Junqueiro*, de Alfredo Pimenta, Braga, 1950).

A Igreja de Braga no Reino dos Suevos — Tese apresentada no Congresso Internacional do XIV Centenário da Chegada de S. Martinho de Dume à Península, Braga, 1950.

Braga et Francisco Sanches — Toulouse, 1951.

Francisco Sanches, Estudante em Braga — *Revista Filosófica*, n.º 3, Coimbra, 1951.

Um Problema Nacional e Político: a Unidade de Portugal e as Relações entre a Metrópole e o Ultramar — Tese apresentada ao III Congresso da União Nacional, Braga, 1951.

Francisco Sanches Português — Comunicação apresentada em 11 de Novembro de de 1951 na Sessão de encerramento do Congresso do IV Centenário de Francisco Sanches — Edições *Bracara Augusta,* Braga, 1952.

Francisco Sanches — Vida e Obra — Edições *Bracara Augusta,* Braga, 1952

Tratado de Tagilde de 10 de Julho de 1372 — Subsídio para a História das Relações Jurídico-Políticas Anglo Portuguesas, *Scientia Iuridica*, Braga, 1952.

No Aniversário Fúnebre do Dr. Manuel Monteiro — Discurso, Braga, 1953.

Guimarães, Berço da Aliança — Guimarães, *Gil Vicente* e *Revista de Guimarães*, 1953.

Requiário de Braga — Edições *Bracara Augusta,* Braga, 1954.

Em louvor da Galiza — Edições *Quatro Ventos,* Braga, 1955.

Vasco Domingues — O primeiro negociador da Aliança anglo-portuguesa — *Publicações da Associação Luso-Britânica do Minho*, Braga, 1956.

Braga e a Galiza — Edições *Bracara Augusta*, Braga, 1956.

A Necropole de S. Vitor - Braga (Séc. IX e X) — I — Estudo arqueológico — Edições *Bracara Augusta,* Braga, 1957.

O Carácter Complexo da Eleição de 1385. De Como D. João I não foi nas Cortes de Coimbra estritamente eleito — *Studium Generale,* Porto, 1958.

SÉRGIO DA SILVA PINTO

Da Real Academia Galega, do Instituto de Coimbra, da Sociedade de Geografia de Lisboa, da Associação Jurídica de Braga, da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e Director da Revista «Bracara Augusta»

Individualismo e Colectivismo na Génese da Nacionalidade Portuguesa

BRAGA
MCMLVIII

SÉRGIO DA SILVA PINTO

Individualismo e Colectivismo na Génese da Nacionalidade Portuguesa

Separata da Revista «Bracara Augusta»
Tomo VIII N.º 3-4

Foi esta conferência proferida no salão nobre da Biblioteca Pública de Braga, em 24 de Maio de 1957, e promovida pela Associação Jurídica de Braga e Delegação bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal. Presidiu a este acto cultural o Senhor Governador Civil do Distrito, fez a apresentação do conferente o Presidente daquela Delegação, Sr. Coronel José Baptista Barreiros, e comentou-a no fim o Presidente da Associação Jurídica, Sr. Dr. Luís de Almeida Braga, ambos em termos eloquentes. Assistiu em lugar de honra o Senhor D. Francisco Maria da Silva, Bispo de Telmisso.

O mesmo trabalho foi ampliado e anotado pelo Autor, como bolseiro do Instituto de Alta Cultura, no Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Porto.

Individualismo e Colectivismo na Génese da Nacionalidade Portuguesa

A oeste do Tâmega, em anfiteatro voltado ao mar, entre os rios Minho e Douro, inscreve-se a província primaz da nossa Pátria.

Neste pedaço da Lusitânia natural, pré-romana, retalho da Galiza histórica, nasceu, no século XII, o Estado português. E é nele, segundo veremos, que germina também, em dado momento, o espírito da Nacionalidade.

Símbolo da *Casa Lusitana*, profundamente penetrada pelo Oceano, Entre-Douro-e-Minho foi o palco histórico onde se desenrolou o primeiro acto de uma peça grandiosa, que forma a história de Portugal, de continuidade perene.

Com ser o núcleo da germinação política portuguesa, guarda os monumentos heurísticos, os tombos heráldicos do nosso passado.

Seus confins de norte e sul correspondem aos do Convento jurídico romano de Braga, que, a oriente, incluía parte de Trás-os-Montes, justapondo-se ao espaço físico e étnico dos *Populi bracari*.

A cidade teocrática da nossa história, a nobre Bracara Augusta, logo se divisa como um dos centros cristãos iniciais. Sede do *Conventus*, com jurisdição em 24 *civitates*, transforma-se, no tempo do Imperador Caracala, em capital da nova província da Galécia, limitada entre o Cantábrico e o Douro.

Quando em tropel vitorioso entram os Suevos, encerrando o ciclo romano, instalam-se na região de Entre-Douro-e-Minho e fazem de Braga a sede da sua corte. A província durimínia, por quase dois séculos, será o centro de toda a história da Monarquia sueva (1).

Catolicizado o Reino, definitivamente, pela acção apostólica de S. Martinho de Braga, sob a primazia dele se reunem as dioceses daquém e dalém Douro, formando uma unidade eclesiástica contra o esquema provincial romano, a prefigurar, à distância de séculos, a área da primitiva Igreja portuguesa, da época do Conde D. Henrique e de S. Geraldo (2).

O tempo escoa-se. No seu fluir irreversível passam os Godos. Sobrevêm as correrias dos Árabes.

D. Afonso I, rei da Galiza e das Astúrias, tendo conduzido até ao Douro os seus exércitos, segundo rezam as antigas Crónicas, destruiu as cidades, passou à espada os Mouros e levou consigo os Cristãos. Contudo não se formou, nesta região, a cintura de desertos, a zona defensiva despovoada, que ALEXANDRE HERCULANO concebera. O Prof. PIERRE DAVID demonstrou que nem as gazivas árabes, nem as migrações dos Cristãos para o Norte, ermaram em absoluto e despovoaram o Minho. A terra continuou habitada e cultivada, embora fracamente habitada e mediocremente cultivada (3).

Chega enfim a época de Afonso III. É a hora da reconquista definitiva

(1) Acerca da capitalidade dos Suevos em Braga, ver o que escrevemos em: *O Bispo de Braga Balcónio e a Primeira Conversão dos Suevos*, Braga, 1949 (sep. do Bol. do Arquivo Municipal de Braga, I), pág. 9 e sua nota (11); e *Requiário de Braga*, Braga, 1954 (sep. de Bracara Augusta, V), pág. 17 e segs. e passim.

Sobre o assento dos Suevos em território hoje português, ver: JERÓNIMO CONTADOR DE ARGOTE, *Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga*, tit. I, t. II e tit. II, t. I, Lisboa, 1734 e 1747; id., *De Antiquitatibus Conventus Bracaraugustani*, I, Lisboa, 1738; FELIX DAHN, *História Primitiva dos Povos Germânicos e Romanos*, in «História Universal» de G. ONKEN, trad. port., IV, Lisboa; LUÍS GONZAGA DE AZEVEDO, *História de Portugal*, I, Lisboa, 1935; FRANCISCO JOSÉ VELOZO, *Lusitânia Suévico-Bizantina*, in «Bracara Augusta», II-IV, Braga, 1950-52 (em publicação); WILHELM REINHART, *História General del Reino Hispanico de los Suevos*, Madrid, 1952; e nossos *ests. cits.*

(2) Cf. MIGUEL DE OLIVEIRA, *Factores religiosos da independência de Portugal*, in «Congresso do Mundo Português», II, Lisboa, 1940, pág. 75 e segs.

(3) PIERRE DAVID, *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e^ XII^e^ siècle*, Lisboa, 1947, págs. 176-177. Ver também SÉRGIO SILVIA PINTO, *A Necrópole de S. Vítor — Braga (Séc. IX-X)*, Braga, 1957, em que, como diz um crítico (FERNANDO CASTELO BRANCO), o A. «veio demonstrar que numa época de lutas e de pretenso ermamento, mesmo às portas da cidade, os cristãos enterravam os seus mortos e consequentemente a habitavam».

da região portuguesa ao norte do Douro; e a primeira cidade restaurada, Portucale (868). A partir desta data, como salienta o Prof. TORQUATO SOARES, o Porto transforma-se em germen fecundo da Terra portucalense (4). Cria-se, como mostra PAULO MERÊA, um Condado pré-henriquino, sob a regência duma dinastia de magnates portucalenses, «unidade governativa dentro do Estado leonês» (5).

A Terra portucalense obrigada a defender-se a si mesma, província fronteira, distante e abandonada do poder central, organiza-se a sós. Desenvolve-se no seu seio, como diz o Prof. DAMIÃO PERES, «o sentimento do valor próprio e a convicção da auto-suficiência. Constitui um bloco — o das terras de valorização recente — contraposto ao das do Norte, de mais remota restauração» (6).

Ora, neste bloco nortenho se incorpora a Galiza setentrional, a qual, com o advento da dinastia de Navarra e a criação do reino de Castela, passa a girar na órbita deste último. Ao invés, a Galiza portucalense, daquém Minho, com os príncipes da estirpe de Borgonha, segrega-se para reafirmar o ocidentalismo lusitano-galaico. É o reino de Portugal que agora surge e, se não nos enganamos muitíssimo, como expressão nova desse ocidentalismo filiado na sociedade formada no século V pelos Suevos, em terras da Lusitânia espontânea, ou seja, em todo o extremo da Península aberto ao Atlântico (7).

Eis-nos, face a face à questão, ao assunto, que nos propusemos tratar.

No Minho nasce o Estado. É obra incontestável dos príncipes borgonheses (D. Henrique, D. Teresa e D. Afonso Henriques), embora sobre estas figuras haja influído o ambiente, a compleição cultural do meio, com as suas tradições de capitalidade (política ou religiosa) e de defensão autárquica.

Mas, tal como aconteceu para o organismo político, dar-nos-á o Minho a história da formação da Nacionalidade? E, nesta hipótese, a Nação antecederá ou sucederá ao Estado?

(4) TORQUATO DE SOUSA SOARES, *Vimara Peres restaurador da cidade de Portugale (Porto) e fundador da Terra portugalense*, in «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», XV, Porto, 1952, passim. Ver, acerca do mesmo assunto, TORQUATO DE SOUSA SOARES, *Subsídios para o estudo da organização municipal da cidade do Porto durante a Idade Média*, Barcelos, 1935; id., *Análise bibliográfica de «Como nasceu Portugal» do Prof. Damião Peres*, in «Ocidente», I, Lisboa, 1938; id., *O repovoamento do norte de Portugal no século IX*, in «Congresso do Mundo Português», II, Lisboa, 1940.

(5) PAULO MERÊA, *De «Portucale» (civitas) ao Portugal de D. Henrique*, Coimbra, 1943, págs. 12-23 e 31 e segs.

(6) DAMIÃO PERES, *Como nasceu Portugal*, Porto, 1955 (4.ª ed.), págs. 40-42.

(7) Para esclarecer esta doutrina, ver: LUÍS GONZAGA DE AZEVEDO, *obra citada*.

A história da historiografia, sabido é, apresenta-nos duas correntes interpretativas do passado e das formações elaboradas nele: o *Individualismo* e o *Colectivismo*.

Para a tese individualista, o processo histórico é conduzido pelos heróis, pelas grandes individualidades, pelos super-homens. Neste caminho encontramos CARLYLE e STENDHAL, RENAN e NIETZSCHE. É um sentido aristocrático da história. Para CARLYLE o acontecer histórico é a quinta essência de muitas biografias.

Na orientação oposta, colectivista, vemos os positivistas comteanos e muitos sociólogos modernos que procuram leis de vigência geral nos fenómenos das massas. Explicam os quadros sociais, as instituições, onde se movem as personagens individuais, por tendências de carácter colectivo, derivadas de substractos biológicos, físicos, culturais, económicos ou técnicos. Nesta direcção se encontram os defensores do materialismo histórico dialéctico, à MARX e ENGELS, condicionando as superestruturas ideológicas pela infraestrutura económica; os etnólogos racistas, à GOBINEAU e CHAMBERLAIN, supervalorizando a influência dos elementos étnicos; os antropogeógrafos, como RATZEL e JEAN BRUNHES, vendo todos os sucessos da antroposfera explicados pelas peculariedades da natureza física, a geosfera: clima, solo e configuração geográfica. Correspondem também ao Colectivismo certas concepções psicológicas, cujos teorizantes, como LAMPRECHT, encontram no facto psíquico-social o constituinte, o fundamento da história.

O totalismo colectivista, bem o define SÍLVIO DE LIMA, quando nos diz que, em tal interpretação, «o herói não é agente, mas agido, não é voz, mas eco, ou melhor, ressoador. A Reforma explodiria mesmo sem Lutero (outro Lutero apareceria no seu lugar, ou outros pequeninos Luteros)... Se Lutero triunfou, é porque o meio germânico já luteranizava...» (8).

Ora, em qual destas posições se enquadrará a fenomenologia da génese da Nação portuguesa?

Será a nossa Nacionalidade uma resultante da acção pessoal dos chefes ou do exercício do próprio Estado (Individualismo)? Será, ao invés, produto de um complexo de tendências e aspirações gerais, complexo persistente no tempo e unido no espaço (Colectivismo)? Ou comprovará a exigência duma síntese, que inclua e porventura supere a tese e a antítese referidas?

Perguntas a que não queremos ensaiar resposta construída *a priori*, dedutivamente. Em história, devemos deixar falar os factos. Caminharemos dos factos para a teoria e não vice-versa.

(8) SÍLVIO DE LIMA, *O Determinismo, o Acaso e a Previsão na História*, Coimbra, 1944, pág. 30.

Sem embargo da concisão que deve caracterizar esta conferência, encontro mental entre o expositor que desenvolve o tema e o auditório que intimamente confere a doutrina e os factos apresentados — «conferência», etimològicamente, vem de «conferir» — o modestíssimo trabalho que ora começa desdobra-se em duas partes.

Na primeira parte (que formará uma introdução da segunda) analisaremos, o conceito de Nação ou Nacionalidade, em abstracto, e o de Nação portuguesa, em concreto, com os seus elementos constituitivos. Na segunda parte verificaremos esses mesmos conceitos na sua geratriz histórica, minhota, e descobriremos, é nossa fé, a hora culminante, um instante da Eternidade, um século da vida de um Povo, em que a Nação afirmou a sua existência.

★

Conceito de Nação — Antes de vermos como se criou a Pátria portuguesa, a razão exige que se aclare o conceito de Nação, elemento *a priori* para a história. Do conteúdo que dermos à ideia, decorrerá, como é óbvio, a nossa atitude, a nossa conclusão, acerca do problema das origens.

Saímos assim por alguns minutos do campo da historiografia para o da sociologia e da filosofia do direito.

RENAN dedicou minudencioso ensaio (9) ao conceito da Nação sem conseguir defini-la satisfatòriamente. SÉRGIO PANUNZIO, não há muito ainda, declarou-nos que a essência de Nação não logrou até hoje clareza definitiva.

O Estado é, na definição de LEGAZ Y LACAMBRA (10), uma realidade existente, conatural ao homem: a comunidade jurídica por excelência. Surgem tão inseparáveis o Estado e a ordem jurídica que, na doutrina kelseniana, se afirma nada menos que a sua identidade substancial. Diz-se ainda, segundo SUAREZ, que o Estado constitui uma comunidade perfeita ou auto-suficiente. É uma instituição soberana. Possui um poder supremo e um valor ético em seu próprio campo. Pressupõe a exclusividade do ordenamento jurídico enquanto se refere a um só órgão soberano, como fonte única, não existindo por derivação de qualquer outro.

Todavia, com ser o vínculo mais firme de uma comunidade, o Estado, como é óbvio, não se confunde, nem coincide sempre com a Nação. Como se há-de portanto distinguir esta?

(9) ERNEST RENAN, *Qu'est-ce qu'une nation?*, «Ooeuvres complètes», I, Paris, 1947, pág. 887.

(10) LUIS LEGAZ Y LACAMBRA, *Filosofia del Derecho*, Barcelona, 1951, pág. 642.

Por nosso lado não penetraremos na espessa floresta das teorias. Contentar-nos-á rápida exploração panorâmica no território objectivo da história institucional. Só depois desta vivência, terá para nós sentido e conteúdo inteligível a mágica palavra Nação.

Não há dúvidas que Nação ou Nacionalidade não é um simples vocábulo — um *flatus voci*. Nela se distingue, concretamente, uma sociedade ou grei. Mas a Grei não é ainda a Nação. Substracto ou suporte dela, lhe chama sugestivamente RICARDO SEVERO (11). A Grei será, quando muito, uma Nacionalidade embrionária.

A confederação das tribos lusitanas que puseram em cheque as legiões de Roma de certeza formaria já uma Grei, mas não constituiria uma individualidade nacional. A Grei, à semelhança da Nação, comporta laços, vínculos objectivos que a alicerçam, que lhe dão unidade — terra, raça, língua, religião, costumes. Estes ou aqueles elementos formam um património moral que se transmite de geração em geração. É uma tradição, que unifica e estrutura a Grei.

A Nação, claro é, pressupõe a Grei. É, como ela, uma antiguidade. Mergulha as suas raízes no passado e projecta-se para o futuro. Seu presente, carregado de pretérito, transporta dentro de si o porvir. Donde resulta que se não fundamenta na vontade dos homens, em pactos ou votos. Não é, como pensava RENAN, «um plebiscito cotidiano», «un plébiscit de tous les jours».

É essencialmente um valor, como afirma MAEZTU (12). Os seus elementos constitutivos (estes ou aqueles, não importa) exercem sobre nós uma pressão para estimá-los e valorá-los como tais. O ser da Nação transcende, desta forma, os seus elementos ônticos — as suas raízes étnicas, sociais, culturais, telúricas. Encontra-se em qualquer coisa acima, mais complexa: alma, espírito, consciência.

Partindo das Nações do mundo real para a Nação abstracta, conceito universal, conclui-se que os elementos ônticos, os laços nacionais, os nexos englobantes, não pertencem por si próprios à sua essência. A Suíça não tem o vínculo idiomático; a Alemanha, o vínculo religioso; a França, o vínculo rácico. Segundo se infere, o imprescindível para a existência da Nação é que algumas coincidências ou vínculos, ainda que secundários no plano do real, se notem, e no plano do ideal se valorizem. Os elementos englobantes só vêm a constituir o corpo, o alicerce da Nação, se os homens, as famílias, as gerações que por eles se agregam, tal valor lhes reconhecerem.

(11) RICARDO SEVERO, *Origens da Nacionalidade Portuguesa*, Coimbra, 1924, pág. 51. Sobre a essência da Grei, ver F. J. VELOZO, *loc. cit.*, Introdução.

(12) RAMIRO DE MAEZTU, *Defensa de la Hispanidad*, Madrid, 1941 (4.ª ed.), pág. 235 e segs.

Que vale, por exemplo, a unidade de origem entre Alemães e Holandeses se estes lhe não reconhecerem valor?

Mas a apreensão e a consciência valorativa dos nexos, se conduz a Grei para a realidade nacional, ainda não é tudo. Pode caracterizar simplesmente regiões e formar regionalismos.

A alma da Nação é absorvente. Identifica-se com a consciência de uma individualidade plena. Nasce com a discriminação entre os *nossos e os estranhos*. Daí resulta o pendor natural (que é o seu distintivo) para se constituir em personalidade política, para se organizar em Estado.

O Estado é a cúpula; a Nação o edifício. Mas o Estado é uma cúpula que informa, que modela o próprio edifício. Quer dizer: a Nação, universalmente, surge-nos, a um tempo, como produto de elementos naturais, expontâneos, e como obra da acção política, da acção estatal. Na criatividade da Nação há a considerar os dois termos do binómio da história: os factores naturais e os factores políticos. Quando o Estado fracassa é porque em absoluto se não ajusta aos fundamentos do grupo social que diligencia plasmar.

A Grei desenvolve-se sob a acção do Estado, ou seja, dos estímulos políticos, mas não é mera substância inerte; a sua constituição interna, estruturada por diversos elementos, condiciona, determina ou predetermina, a marcha evolutiva do ser colectivo.

Com todas as solicitações políticas, das altas figuras nacionais, a sociedade portuguesa, suposta no centro da Europa, nunca seria um povo de navegantes; por outra banda, situada à beira-mar, a fatalidade geográfica, factor natural, levá-la-ia para a vida marítima. Mas sem a acção do Infante D. Henrique, o maior vulto do século XV, sem a concepção do seu plano genial, com supremos objectivos nacionais e ecuménicos, de civilização, de apostolado e de hegemonia política e económica internacional, ideia-força incarnada por D. João II e D. Manuel, — a sociedade portuguesa, dizíamos, não se projectaria na história do mundo como autora do ciclo maravilhoso da nossa epopeia oceânica e universalista.

Considerada, porém, a Nação, como valor ou realidade psicológica, há que distinguir nela várias idades ou fases de crescimento, desde a Nacionalidade balbuciante à Nação adulta. Quando historiadores insignes, como DAMIÃO PERES e ALFREDO PIMENTA afirmam que a Nação é obra posterior do Estado ou resulta da acção política, fazem referência ao sentimento nacional desenvolto ou à Nação na sua maturidade perfeita (*). A Nação portuguesa só

(*) Os autores que preferem não chamar Nação aos estádios do ser colectivo antes do vínculo estatal não negam essas anterioridades, fases de realização ou con-

no século XV se concretiza plenamente na história da humanidade, três séculos decorridos após a criação do Estado. Todavia já era Nação quando alcançou a plenitude, a coordenação das suas tendências, tornando-se uma forte Nacionalidade, transoceânica, transcontinental, criadora da autêntica história, a de sentido ecuménico, a de dimensão planetária.

★

Descendo ao terreno dos factos, consideremos, embora fugazmente, os elementos ônticos que ligam a Nação a que pertencemos.

Comecemos pela terra, que também é história, que outra coisa não é senão a história no espaço, como a história é a geografia no tempo, no conceito de RECLUS.

Ora os especialistas da geografia portuguesa dividem-se em partidários e adversários da individualidade geográfica do país. Impossível será traçar aqui um escorço, embora resumido, do estado actual destes estudos. Cingir-nos-emos a uma simples *pochade*.

Foi o grande geógrafo alemão THÉOBALD FISCHER (13) quem elaborou o primeiro trabalho de real valor sobre a nossa independência histórica e política explicada pelo condicionalismo mesológico. Portugal é por ele apresentado como a zona periférica da Península mais individualizada, mais independente. Separa-se da Espanha sobretudo pela sua íntima união com o mar. Sua autonomia diante da Espanha é idêntica à da Holanda em face da Alemanha.

Depois, SILVIA TELES (14) é o primeiro Português a teorizar a nossa

dicionalismos. Talvez por isso BRUNHES e VALLAUX (in *La Géographie de l'Histoire*) tentam distinguir entre «Nação», o ser colectivo adulto, e «Nacionalidade», a Nação em esboço.

AMORIM GIRÃO, neste sentido, dir-nos-á: «O Estado português é anterior à Nação... A Nacionalidade portuguesa, produto de uma longa evolução, é, sem dúvida, anterior...» (in *Geografia de Portugal*, pág. 443).

E ALFREDO PIMENTA, com DAMIÃO PERES um dos principais intérpretes da Nação como obra do Estado, escreveu: «...quando Fernando e Isabel tentam a unificação, já encontram, no flanco ocidental, bem consolidado, e nada disposto a fusões ou absorções, o Estado português, que continua assim a manter autónoma aquela individualidade, que data, na opinião de BOSCH GIMPERA, desde o Neolítico...» (in *Novos Estudos Filosóficos e Críticos*, Lisboa, 1935, pág. 66).

(13) THEOBALD FISCHER, in Kirchhoff: Länderkunde von Europa, 1893, cit. por A. A. GIRÃO, *Questões Geográficas*, «Biblos», V, pág. 309.

(14) SILVA TELES, *Introdução Geográfica*, in «Notas sobre Portugal», I, Lisboa, 1908; id., *Portugal: Aspectos geográficos e climáticos*, Lisboa, 1929; id., *Lições de Geografia Económica de Portugal*, Lisboa, 1924.

individualidade geográfica. Julga-nos uma unidade geomorfológica destacada do resto da Península, embora geològicamente deva considerar-se uma parte dela. Salienta contrastes e divergências entre Portugal e Espanha, a influir nas condições da ecologia, da agricultura, do povoamento, da economia. Tudo a condicionar a dualidade política da Península. Portugal, sob a acção centripeta oceânica é um edifício com janelas abertas para a maior estrada do mundo — o Atlântico; Espanha, sob a acção centripeta continental, é outro edifício com suas janelas abertas para imensos claustros.

Mais tarde, HERMANN LAUTENSACH (15), com a sua grande autoridade, vem reforçar consideràvelmente a mesma tese da personalidade geográfica de Portugal. Integra-se na teoria de PENCK sobre os *corpos geográficos*, visionados como desenhos de um tapete: distinguem-se pelos seus núcleos e não pelas orlas e transições. Dentro desta concepção, observa diferenças fitoclimáticas muito fortes no sentido leste-oeste que individualizam perfeitamente Portugal como região atlântica. A Galiza e o Algarve são as alas extremas duma só unidade geográfica. No seu conjunto e no seu núcleo Portugal opõe-se à Espanha.

No aspecto geopolítico, o insigne geógrafo nota que Portugal europeu corresponde a um dos estados mais antigos da carta do velho mundo e com as fronteiras mais estáveis. Certo é que a raia não coincide com limites físico-geográficos. Mas isto não significa que a influência geográfica se não tenha exercido. O pensar de OLIVEIRA MARTINS de que a fronteira ficou onde a espada dos reis e a lança dos cavaleiros a fixou não será o ponto de vista mais alto.

Outros distintos autores — MENDES CORREIA (16), LUIZ SCHWALBACH (17), MEDEIROS DE GOUVEIA (18), ORLANDO RIBEIRO (19), JAIME CORTEZÃO (20), OLIVEIRA BOLÉO (21), — têm defendido a tese da

(15) HERMANN LAUTENSACH, *A Individualidade Geográfica de Portugal*, in «Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa», 1931, n.os 11-12, pág. 362 e segs.

(16) A. A. MENDES CORREIA, *Os Povos Primitivos da Lusitânia*, Porto, 1924; id., Raízes de Portugal, Lisboa, 1944 (2.ª ed.).

(17) LUIS SCHWALBACH, *Portugal Continental*, Lisboa, 1933; id., *Imprecisão de algumas expressões geográficas*, in «Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa», VIII, série II, 1942, pág. 8 e segs.

(18) A. MEDEIROS DE GOUVEIA, *Terra e Independência*, in «Liceu de Portugal», n.º 1, 1940, Maio, pág. 23 e segs.

(19) ORLANDO RIBEIRO, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Coimbra, 1945.

(20) JAIME CORTEZÃO, *Os factores democráticos na formação de Portugal — Teoria geográfica da formação dum estado no Ocidente da Península*, in «História do Regimen Republicano em Portugal», Lisboa, 1930, pág. 16 e segs.

(21) JOSÉ DE OLIVEIRA BOLÉO, *Causas determinantes da autonomia polí-*

nossa individualidade geográfica. Alguns preferem dizer *entidade* ou *personalidade*. Mas todos salientam como diferencial máximo a posição atlântica do país.

Contra a doutrina geral que sumariamos se levanta a escola geográfica de Coimbra, representada por dois consagrados mestres da veneranda Universidade: o falecido Prof. ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO (22) e o Prof. AMORIM GIRÃO (23), seu eminente continuador, de quem tivemos a honra de ser aluno.

AMORIM GIRÃO adverte ser Portugal uma região, embora periférica, bem integrada no bloco peninsular. Objecta ainda que não corresponde à região atlântica da Ibéria. Nem todo o território português é só zona atlântica, nem toda a região atlântica ibérica é apenas Portugal. Num assomo de patriotismo, afirma que Portugal não existe por força do determinismo do meio físico, não foi condenado à independência. Existe pelo valor do Povo português.

Embora opositor declarado da individualidade geográfica, este sábio conimbricense aponta, ao longo dos seus valiosos estudos, uma série de factos positivos que, se não nos iludimos, prepara uma síntese harmoniosa das duas posições em conflito. Diz que Portugal é sobretudo acessível pelo lado do mar, e que esta localização periférica nos permitiu aspirar à independência e nos assegurou depois um grande império. Mostrando absoluta isenção científica converge com LAUTENSACH em contrastar o território português, vasto anfiteatro aberto ao Oceano, com a simplicidade monumental e quase africana do centro da Península.

Deste modo, se vê que a escola de Coimbra não nega em absoluto a individualidade geográfica de Portugal, nem a sua influência na nossa autonomia histórica. Apenas nega, aliás com toda a razão, a fatalidade mesológica. A história de um Povo não é determinada por causas geográficas, mas sòmente sugerida, apontada, pelo meio físico (24).

Não esqueçamos que Portugal constitui ¾ partes da fachada atlântica peninsular; por isso legìtimamente a representa. A Galiza do Norte é apenas um fragmento que os acidentes históricos desuniram do seu quadro natural.

tica de Portugal, in «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», 1939, n.os 7-8, pág. 351 e segs. e n.os 9 e 10, pág. 441; id., *Como conseguiu Portugal a sua autonomia política*, in «Revista dos Centenários», I, Nov., 1939, pág. 14.

(22) ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO, *Portugal*, in «Geografia Universal», Instituto Gallach, Barcelona, 1930, pág. 521 e segs.

(23) ARISTIDES DE AMORIM GIRÃO, *Questões Geográficas*, in «Biblos», V, pág. 308; id., *Condições geográficas e históricas da autonomia política de Portugal*, Coimbra, 1935; id., *Geografia de Portugal*, Porto, 1941, págs. 14, 31-32, 68.

(24) JOÃO MENDES, *Individualidade Histórico-Geográfica de Portugal*, in «Brotéria», XXXI, 1940, pág. 554.

Só prova que a geografia não é um elemento imperativo para a história. É, sim, um elemento indicativo.

★

Ligada à terra existe a Grei. Se ela possui individualidade, como raiz sociológica da Nação, deve revelar-se na etnia, na história e na cultura.

O problema da unidade racial é terreno ainda menos seguro do que o da unidade geográfica. O conceito de raça acha-se actualmente assás desacreditado. Todas as raças são mais ou menos misturadas ou mestiças. Existem, sem dúvida, grupos de raças, mas cada um se compõe de uma miscelânea de tipos. O grupo português, ou melhor luso-descendente, integra hoje, uma cadeia de variações raciais que o define e enriquece. Esta mistura de tipos já na época neolítica se denunciava, encontrando-se reunidos, na mesma camada de despojos, crâneos dolicéfalos e braquicéfalos.

Em vez de raças, consideradas como sub-divisões histórico-naturais da espécie humana, unidades taxónicas estáveis, ou grupos étnicos fortemente individualizados por caracteres puramente físicos e hereditários, prefere-se agora falar em *etnias*, conceito lançado por MONTANDON e RENAULT. *Etnia* será um grupo concreto, reconhecido pelos seus membros e vizinhos, determinado por caracteres somáticos, linguísticos e culturais. A *etnia* define-se por uma trilogia, a saber: Biologia, Psicologia, História (25).

Neste sentido, nós os Portugueses da Europa e do mundo tropical português, os luso-descendentes em geral, possuímos incontestável unidade étnica. Somos uma *etnia* das mais sòlidamente estruturadas (*).

Se quisermos, porém, observar o Povo português no campo estricto da etnologia, isto é, no ponto de vista naturalista — o Povo português, dentro do seu núcleo geográfico originário, a área da antiga Lusitânia, ser-nos-á lícito de acordo com as mais reputadas autoridades, julgá-lo uma unidade antropológica das mais homogéneas e caracterizadas, na história.

Os estudos de antropologia, desde FONSECA CARDOSO (26) e RICARDO SEVERO (27), a LUÍS DE PINA (28) e MENDES CORREIA (29), permitem

(25) Ver por todos A. A. MENDES CORREIA, *Raízes de Portugal* cit., págs. 61-68, e ainda *Conceito de Raça*, in «Raças do Império», Porto, 1943, p. 10 e segs.

(*) Ver *Posfácio*.

(26) FONSECA CARDOSO, *Antropologia Portuguesa*, in «Notas sobre Portugal», I, Lisboa, 1908, pág. 57.

(27) RICARDO SEVERO, *ob. cit.*, em nota (11).

(28) LUÍS DE PINA, *Materiais para a Antropologia portuguesa — O Índice nasal no vivo*, in «Bull. de la Société Portug. des Sciences Naturelles», XI, Lisboa, 1932; id., *Contribuição para a Antropologia dos Povos Bracarenses*, in «Revista de

concluir que o tipo predominante dos actuais Portugueses corresponde ao dos habitantes pré-históricos de Portugal, do período neo-eneolítico, e ao dos Lusitanos das épocas romana e bárbara. Estes formam o tronco étnico a que biològicamente ascendemos.

Em face da Espanha, Portugal é uma região étnica distinta. MENDES CORREIA sublinha a maior dolicocefalia média portuguesa, claramente oposta à mesaticefalia castelhana. O índice cefálico, diz o eminente mestre de antropologia, característica primitiva ou secundária não interessa, é um facto biológico que nos isola, nos destaca perante a Espanha (30).

Ora, na divisória entre nações, o facto antropológico, ao que supomos, terá directa ou indirectamente alguma relevância, caso exista, como existe entre nós.

★

A unidade da nossa Grei compreende ainda uma história e uma cultura distintas.

No aspecto da história, claramente visível, há uma individualidade, uma humanidade ocidental à parte (Portugal e Galiza), de que nós os Portugueses somos os principais intérpretes.

Na pré-história ainda não nos chamávamos Portugueses ou Galicienses, nem sequer Lusitanos, denominador comum dos Povos atlânticos da Ibéria, e já éramos uma comunidade distinta e famosa. Estendíamo-nos pelo último Ocidente. Éramos a raça Oestrímnica (31). Tínhamos então a supremacia europeia: éramos o país da arquitectura megalítica, do vaso campaniforme, das lúnulas, e dos braceletes de oiro (32).

Guimarães», Famalicão, 1932; id., *La morfologie du crâne portugais*, in «Actes du XV Congrès Int. d'Anthrop. et d'Archéologie», Paris, 1933.

(29) A. A. MENDES CORREIA, *obs. cits.* em nota (16) e *A Lusa Grei*, in «Raças do Império», ed. cit., pág. 109 e segs. Ver *Bibliografia* deste est., pág. 237-238.

(30) A. A. MENDES CORREIA, *Raízes de Portugal*, ed. cit., pág. 93.

(31) Ver FRANCISCO JOSÉ VELOZO, *Oestrymnis*, Braga, 1953-6 (sep. de «Bracara Augusta», IV a VI).

(32) Ver PEDRO BOSCH GIMPERA: *Etnologia de la Peninsula Ibérica*, Barcelona, 1932, e *La Formacion de los Pueblos de España*, México, 1945. Ver também A. A. MENDES CORREIA, *Lusitânia pré-romana*, in «História de Portugal», de Damião Peres, I, Barcelos, 1929, pág. 79 e segs.; FRANCISCO JOSÉ VELOZO, *Oestrymnis* cit., pág. 135.

MARTIN ALMAGRO, *Introduccion a la Arqueologia*, Barcelona, 1942, pág. 268 e segs., levanta objecções à existência duma «cultura megalítica portuguesa», foco originário e expansivo. Mas, como observa A. A. MENDES CORREIA, *Raças do*

Povo forte que irradia até às Ilhas Britânicas, Bretanha e Irlanda, sulcos abertos para a sobreposição da realidade céltica. São os próprios arqueólogos britânicos a afirmar povoamentos das suas ilhas, verdadeiras colonizações provindas de Portugal, nessas idades remotas (33).

Depois a civilização castreja, a epopeia viriática, nos diferencia. Nosso nome genérico é Lusitânia. E acima do Douro nos apelidam de Galaicos, nome derivado de Cale, a povoação antepassada do Porto, segundo aviso de VOSSIO no comentário à corografia de MELA. Os Calaicos ou Gallaeci são, de início, apenas uma das 24 *civitates* do Convento dos Brácaros, a *civitas* de Cale, ao que julgam MENDES CORREIA e LUÍS GONZAGA DE AZEVEDO, opinião aceite por TORQUATO SOARES e FRANCISCO JOSÉ VELOZO (34).

Para quebrar a nossa resistência, os Romanos nos dividem pelo Douro, em duas províncias: a sul, a Lusitânia da jurisdição romana, com a capital em Mérida; a norte, a Galécia, com a capital em Braga.

Mas, ao derruir o Império romano, irrompe a cavalgada fogosa dos Suevos, com as guedelhas doiradas flutuando ao vento soprado do mar. Os Lusitanos se fazem mais fortes com a seiva germânica. De novo se manifesta a unidade antiga da Lusitânia pré-romana, consignada por ESTRABÃO, estendida por toda a faixa atlântica, agora sob o nome de Galécia, que se continua até ao Algarve (35).

Em 585, Leovigildo, rei dos Godos, apodera-se do Estado suevo. Mas este, dentro da Monarquia imperial, subsiste como elemento federado. Hispânia, Gália e Galícia são os três reinos do Império visigodo (36).

Império, cit. pág. 132, o simples exame da carta dos dolmens na Europa que o A. dá no mesmo livro, reafirma a localização em Portugal duma área megalítica importante, intensa.

(33) Ver STUART PIGGOTT, *Relações entre Portugal e as Ilhas Britânicas nos começos da Idade do Bronze*, in «Revista de Guimarães», LVII, n.os 3-4, 1947. Ver também PEDRO BOSCH GIMPERA, 1.ª *ob. cit.*; e JESUS CARBALLO, *Rutas del Império Portugues en los tiempos préhistóricos*, in «Congresso do Mundo Português», I, pág. 425.

(34) A. A. MENDES CORREIA, *As origens da cidade do Porto*, Gaia, 1932, pág. 34; LUÍS GONZAGA DE AZEVEDO, *História de Portugal*, I, págs. 64-65; TORQUATO DE SOUSA SOARES, *Subsídios para o estudo da organização municipal do Porto*, pág. 14; FRANCISCO JOSÉ VELOZO, *A Lusitânia Suévico-Bizantina*, Braga, 1950, pág. 7, nota (20), (sep. de «Bracara Augusta», II, n.º 2); id., *Oestrymnis*, Braga, 1953-6, págs. 76-77, nota 317 (sep. de «Bracara Augusta», IV a VI).

(35) Ver SÉRGIO DA SILVA PINTO, *obs. cits.* em nota (1).

(36) Sobre a persistência do Reino suevo no Império godo já entrevista por MURGUIA e DAHN, cf. RAMON SALGADO TOIMIL, *Odoario ou Lugo en el siecle VIII*, Lugo, 1923, pág. 29, ver, sobretudo, FRANCISCO JOSÉ VELOZO nos bem

Advêm os Arabes. A Península sossobra, menos o Noroeste. É na Galécia setentrional ao Douro que Pelaio, herói galaico lusitano como se crê modernamente, arregimenta as suas primeiras forças da Resistência e Reconquista. O Reino suevo-lusitano ressurge de certo modo, no Reino galaico-asturiense. Os Árabes lhe chamam *Jaliquia* (37).

Mas quando os reis castelhanos hegemonizam a Península cristã, — Fernando Magno, Afonso VI, Afonso VII — Portugal rebeldia-se, reafirma a individualidade ocidental. É D. Afonso Henriques, o maior guerreiro da Península, que defronta sòzinho o Imperador da Espanha, a quem rendiam vassalagem os reis de Aragão e de Navarra, os condes de Barcelona e de Tolosa, o conde de Mompilher e o emir de Saragoça (38).

Esta marcha vertiginosa na estrada da história, senão nos equivocamos, patenteia a nossa persistente individualidade (*).

★

Pedindo a contraprova à Psicologia social, ou seja, aos elementos noológicos — à língua, à literatura e à filosofia, a sua resposta, ver-se-á, é claramente afirmativa.

No tempo da invasão dos Bárbaros, as falas começaram a diferenciar-se na Europa. No que toca à Ibéria, a diversificação dos núcleos linguísticos — o galaico-português, o castelhano e outros — indicia, transparentemente, divisões etnológicas e culturais subjacentes.

Ao chegarem os Árabes, já havia um dialecto comum em toda a orla ocidental, outro no centro, outro ainda a Levante, como mostra MENENDEZ

documentados estudos: *Contribuição luso-galaica para a Reconquista*, in «Mínia», I, Braga, 1945-46, pág. 102 e segs. e 223 e segs., *As Origens Nacionais de Portugal e Espanha e o domínio islâmico na Península* (sep. da rev. «Gil Vicente»), Guimarães, 1951, passim e *O Ciclo Cultural e político suévico-bizantino*, in «Bol. da Sociedade de Geografia», 1954, n.os 4-6, pág. 265 e segs.

(37) LUÍS GONZAGA DE AZEVEDO, *Hist. de Portugal*, I e II.

(38) SÉRGIO DA SILVA PINTO, *Em Louvor da Galiza*, Braga, 1955 (sep. da rev. «Quatro Ventos», n.° 7).

(*) Na Argentina, EMILIO GONZÁLEZ LÓPEZ acaba de publicar (19-8-957) um belo livro, *Grandeza y Decadencia del Reino de Galicia*, Buenos Aires, em que põe em foco — coincidindo no geral com a nossa perspectiva — a comunidade de origem e de tradição histórica da família galaico-portuguesa, sobretudo os elementos culturais que singularizam os dois Povos do mesmo chão atlântico e ocidental da Península e racionalizam a independência de Portugal.

PIDAL (39). Certamente tem razão DAMIÃO PERES (40) ao objectar que não há correspondência entre as actuais fronteiras políticas e os limites das falas ocidental e central naqueles recuados séculos. Mas, se nos integrarmos na concepção de fronteiras zonas, em vez de fronteiras lineares, se considerarmos que as regiões se distinguem sobretudo nos seus núcleos, é óbvio que a língua (um dos elementos mais expressivos da Nacionalidade) já nos diferencia, como zona cultural, muito antes da formação do Estado. Zona cultural que engloba a metade da Galiza não portuguesa, mas que hoje Portugal iniludìvelmente representa.

Na expressão literária, temos igualmente forte personalidade.

Como lembra RAMON PIÑEIRO (41), a comunidade de Língua e Literatura galego-portuguesa é uma das mais caracterizadas dentro do mapa cultural da Europa. Sua dimensão predominante é o sentimento; sua criação mais alta, a lírica; e sua pecularidade mais genuína, a saudade, o mistério da saudade (*).

O coração do Ocidente, solar de Amadis e de Camões, emite antes de tudo emoções líricas; é o pendor sentimental, a nota mais pura da autenticidade luso-galaica, na diversidade da contextura da civilização latina.

A própria filosofia nos singulariza. Sete séculos antes do Estado português, nos alvores da Idade Média, Paulo Orósio de Braga é o primeiro filósofo da história. Dá sentido emotivo, lírico, dramático à historicidade, porventura já a individualizar o perfil humanista que caracteriza o pensar lusíada.

Na orla oeste e marítima da Ibéria, vinca-se a nota humanística duma cultura. Humanismo sem excessos, o *logos* equilibrado pelo coração.

O pensamento português, em oposição ao espanhol, não tende para os sistemas, para as grandes arquitecturas metafísicas; não é extremista ou trágico

(39) R. MENENDEZ PIDAL, *Origines del español*, 1926; id., *El idioma español en sus primeros tiempos*, Buenos Aires, 1942. Ver também JAIME CORTEZÃO, *A população e o território antes da fundação da Monarquia*, in *est.* e *ob. cits.*, pág. 34 e segs.

(40) DAMIÃO PERES, *ob. cit.*, págs. 31-34.

(41) RAMON PIÑEIRO, *Siñificado metafísico da saudade*, in «Revista Filosófica», I, Coimbra, 1951, págs. 141-159.

Sobre a personalidade psico-social do povo português ver sobretudo: JORGE DIAS, *Os elementos fundamentais da cultura portuguesa*, in «Revista de Direito e de Estudos Sociais», VIII, Coimbra, 1955, pág. 117 e segs.; JOAQUIM DE CARVALHO *Compleição do patriotismo português*, Coimbra, 1953; e LUÍS DE PINA, *Lusitanidade*, in «Conferência» da U. N., Lisboa, 1940.

(*) Já em tempo de Viriato, o poeta SÍLIO ITÁLICO descrevia a juventude da zona ocidental «gritando na língua nativa as estranhas poesias líricas». Quer dizer, as mais antigas raízes da nossa lírica, em que se expressa o espírito galaico-português, mergulham nas eras pagãs, no folclore autóctone, milenário.

nas mundividências ou nos arroubos espirituais. É antes fragmentário, comentarista, crítico, quanto ao processo. Intrìnsecamente, como observa o Prof. DÉLIO SANTOS (42), distingue-se pelo equilíbrio de todos os elementos componentes do homem: inteligência, vontade, sentimentos. Sua marca é o idealismo, o espiritualismo. Seu critério, o equilíbrio intelectual (*).

★

Vistos, como se viram, os elementos constitutivos da nossa Nacionalidade, infere-se que a Nação portuguesa é uma das poucas que junta a maior soma de elementos caracterizadores. Julgamos fundamentada a ideia de que somos um dos mais individualizados povos da Europa, deixando a nossa marca ecuménica, activa, escultórica, por todo o Globo, dando à história o verdadeiro sentido universal que ela não tinha, exactamente porque formamos uma das Nações mais bem constituídas de elementos componentes primordiais. O factor político resultou como uma espécie de epifenómeno. Tem razão RUI DE AZEVEDO em dizer que a Nação desabrocharia mesmo sem a dinastia de Borgonha (43).

Voltando agora ao Minho, ao nosso ponto de partida, cumpre-nos focar,

(42) DÉLIO NOBRE SANTOS, *Perfil espiritual do pensamento filosófico português*, in «Actas do I Congresso Nacional de Filosofia», Braga, 1953, págs. 721-738.

Sobre o pensamento filosófico-religioso ante-português, na época sueva, ver MARIO MARTINS, *Correntes da Filosofia em Braga dos séculos IV a VI*, Porto. 1950. Sobre Pedro Hispano, ver estudos de ARTUR MOREIRA DE SÁ e Fr. JOÃO FERREIRA. Sobre Francisco Sanches, ver colaboração de A. DA ROCHA BRITO, ARTUR MOREIRA DE SÁ, JEAN BAPTISTE AQUARONE, JOAQUIM DE CARVALHO, JOSEPH MOREAU, LUÍS DE PINA, M. SANDRAIL, SÉRGIO DA SILVA PINTO e SEVERIANO TAVARES, in «Bracara Augusta», III, fasc. 3-4, Braga, 1952, número dedicado ao 4.º Centenário do nascimento do filósofo e organizado pelo A.; ver também colaboração de S. TAVARES, L. CRAVEIRO DA SILVA, DIAMANTINO MARTINS e LUÍS DE PINA, in «Rev. Port. de Filosofia», VII, fasc. 2, Braga, 1951. Consultar, quanto às obras de Sanches, as edições de A. MOREIRA DE SÁ e JOAQUIM DE CARVALHO.

(*) Personaliza-se através de S. Martinho de Dume, panónio bracarizado que nos enriquece com os seus opúsculos morais de actualidade perene; através de Pedro Hispano, «o maior lógico e psicologista do século XIII», através de Francisco Sanches, adail da gnoseologia moderna, precursor de Descartes; através do friso dos Conimbricenses e de Pedro da Fonseca, os mais altos comentadores de Aristóteles, na Renascença. Em todos se define a filosofia portuguesa pela harmonia e pelo equilíbrio.

(43) RUI DE AZEVEDO, *Período de formação territorial: Expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores*, in «História da Expansão Portuguesa no Mundo», I, Lisboa, 1937, pág. 7.

ainda que sumária e ràpidamente, a acção irradiativa e básica da terra e da grei não apenas na gestação do Estado, mas na criação desse mundo de elementos de que derivou a consciência nacional.

— Geogràficamente, o Minho, — toda a gleba minhota — é uma imagem viva e concentrada do Portugal europeu. Sua atlanticidade extrema mostra a característica principal do território português; e os reflexos mediterrânicos na vegetação e na policultura, convertem esta região em resumo, em síntese, do quadro geográfico lusitano.

Se escutarmos a intuição lírica, sentimental, portuguesíssima de TEIXEIRA DE PASCOAES ouvi-lo-emos na *Arte de Ser Português* (44) exclamar que, neste solo, «o Portugal da terra se mostra em alto e nítido relevo... Nele devemos estudar a paisagem como fonte psíquica da raça. Entre-Douro-e-Minho é o coração terreno de Portugal».

Noutro estudo, sobre a Saudade (45), o excelso poeta metafísico descobre na paisagem marítima e serrana do Minho os elementos inspiradores do inigualável sentimento saudoso, — o desejo e a lembrança — e diz-nos: «A montanha é o reino da lembrança; acorda no espírito do homem o que ele foi, internando-o na noite do passado até àquele ponto em que ela parece amanhecer. E o mar, no perpétuo movimento das suas ondas, é o reino do desejo e da esperança».

— Etnològicamente, o Minho é a ossatura rácica da Nação. Seu capital humano, denso, homogéneo, desde tempos muito remotos, estabiliza as características étnicas da Grei portuguesa.

Ao começar a dominação romana, nas montanhas, em cada cabeço existia uma aldeia. Seus habitantes descem agora em grande número aos vales e cultivam as *vilas* em que a região se retalha.

Depois, com o contributo étnico dos Suevos, não se altera a dolicocefalia dos Portugueses, a qual, como se disse, nos caracteriza desde a época calcolítica.

TORQUATO DE SOUSA SOARES escreve isto, a que não há que contestar: «...havia já» — na segunda metade do séc. XIV — «acima de todas as rivalidades e para além de todos os atritos, uma verdadeira consciência nacional que *causas profundas* tinham criado e consolidado. A nação, embora sob forma embrionária, existia mesmo antes de se constituir o estado. Por isso, não foi o estado que, no seu interesse criou a nação, mas sim esta que organizou o estado para que a conduzisse...» (in FERNÃO LOPES, *Crónica de D. Pedro I*, Introdução, selecção e notas, Lisboa, 1945, págs. 9-10).

(44) TEIXEIRA DE PASCOAIS, *Arte de ser Português*, Porto, 1915, págs. 81-83.

(45) TEIXEIRA DE PASCOAIS, *A Era Lusíada (Duas conferências)*, Porto, 1914, pág. 35.

Passam os séculos e as correrias agarenas. Reocupadas as terras pelas presúrias e pela organização de um condado pré-henriquino, com a renovação da vida rural, o solo durimínio volta a ser importante foco de densidade, uma região super-povoada.

O Minho, com esta população coesa, forte, resistente e antiga, é desde então o viveiro humano de todo o Portugal.

Destes lugares saem as primeiras hostes para criar e alargar o Reino nascente, capitaneadas por barões, em geral autóctones, luso-suevo-descendentes.

Destes lugares saem os efectivos, para a colonização interna do Portugal do sul e para a colonização externa, simultâneamente aglutinando a Nação e espalhando-a pelo mundo, pondo na Ecúmena a sua marca indelével.

— Històricamente, o Minho torna-se o palco de todas as iniciativas para a criação do Estado português independente.

A etnocracia minhota, no Ocidente peninsular, revela-se e persiste através do Reino suevo e do Império godo, e sobressai em plena Reconquista, como região fronteira, consciente do seu valor próprio.

É neste rincão sagrado que Pelaio, filho dum *dux* de Braga, como está provado pelos estudos de FRANCISCO JOSÉ VELOZO, levanta as primeiras forças da resistência ao Islão. Pelaio, natural porventura de Tui, não é apenas um herói europeu e católico, mas também lusitano-minhoto (46).

Quando os reis de Castela intentam suplantar, na Espanha cristã, a influência galaico-lusitana, quem prepara e leva a efeito a rebelião para a renovada independência do Ocidente, são os nossos próceres e os Arcebispos de Braga, apoiados nos príncipes de Borgonha que haviam recebido a soberania hereditária do condado de Portucale (*).

O Arcebispo D. Paio Mendes é o glorioso chefe da conjura que alçou o moço infante D. Afonso ao governo pleno do condado. Prepara S. Mamede, onde combate ao lado do Infante. Guarda-se, no Arquivo de Braga, um notável documento, em que D. Afonso Henriques declara o propósito de conquistar o poder, com o auxílio do Arcebispo. ALEXANDRE HERCULANO chama a este acto de chancelaria «o prelúdio da acção militar decisiva».

(46) FRANCISCO JOSÉ VELOZO, *As origens nacionais de Portugal e Espanha e o domínio islâmico na Península*, Guimarães, 1951 (sep. da rev. «Gil Vicente»), págs. 4-6, 20-41; id., *Contribuição luso-galaica para a Reconquista*, in «Mínia», I, 1945-46, pág. 102 e segs e 223 e segs.; id., *Ainda a contribuição luso-galaica para a Reconquista*, in «Braga — Arquivo Municipal», I, n.º 12, 1949, passim.

(*) S. Geraldo e D. Maurício, metropolitas bracarenses, vão criar a Igreja portuguesa, que nos particulariza e separa na Península, como unidade eclesiástica, englobando a Galiza de além Minho e estendendo-se às dioceses situadas a sul do Douro. É a Igreja ocidental do reino dos Suevos, que revive.

Junto ao Castelo de Guimarães a vitória sorri aos Portugueses. Neste prélio em prol da imediata autonomia não se atendeu, é certo, à intenção de D. Teresa, que era a mesma de D. Henrique, de constituir um Estado ocidental abrangendo a Galiza do Norte. Mas a formosa Rainha portucalense havia cumprido bem a sua missão. Radicara no ânimo dos nossos o sentimento da individualidade, assim a louva o severo HERCULANO (47).

Ao lado de D. Afonso Henriques, agiganta-se agora outro metropolita de Braga — D. João Peculiar, o vulto maior da fundação do Estado português. É o realizador da nossa independência jurídica. Negociador do Armistício de Val-de-Vez, da Conferência de Zamora, e da Enfeudação espiritual à Santa Sé, a qual nos liberta, dado o Direito internacional do tempo, de qualquer dominância política de Castela (48).

— Culturalmente, também o Minho se distingue.

Na filosofia, evoquemos apenas dois nomes muito anteriores ao Estado.

De Braga sai Paulo Orósio, arauto da filosofia da história, na linha de Bossuet e Hegel (**).

De Braga irradia o humanismo cristão de S. Martinho de Dume como sol deslumbrante duma primeira Renascença galaica, a marcar uma época e um foco de intensa cultura na espiritualidade europeia.

No tocante à lusitana fala, com a teoria dos mosteiros, semeados por S. Martinho e S. Frutuoso, como diz OTERO PEDRAYO, «o latim se acostuma à terra galaica, preludiando o sentido duma língua nova» (49). Assim, o Minho, devém, de certo modo, larário do nosso idioma comum, que é da Galiza, do Brasil e de Portugal daquém e dalém mar.

Quanto à literatura, os centros religiosos minhoto-galaicos são evidentemente os fulcros da expansão lírica da raça. Prova-se a tese litúrgica das origens da nossa poesia lírica, medieval, se a combinarmos com a tese autoctonista.

(47) ALEXANDRE HERCULANO, *História de Portugal*, I, Lisboa, 1846, págs. 293-94.

(48) Sobre a instituição do Reino de Portugal, ver LUIS RIBEIRO SOARES, *Portugal — um estado novo no séc. XII*, Lisboa, 1957.

(**) Vai a caminho de Hipona, onde será o grande colaborador de S. Agostinho, continuador da *Cidade de Deus* e talvez co-redactor desse monumento grandioso.

LÚCIO CRAVEIRO DA SILVA, no Colóquio de Estudos Suévico-Bizantinos de Braga (Junho de 1957), defendeu brilhantemente a ideia de que o nosso Paulo Orósio se destaca como filósofo da história ao passo que Santo Agostinho foi sobretudo um teólogo da história.

(49) RAMON OTERO PEDRAYO, *Ensaio histórico sobre a Cultura Galega*, trad. port., Lisboa, 1954, pág. 86.

A Igreja do Minho e as romarias desta região têm parte grande no processo das cantigas de amigo em que trovadores e jograis desfolham o coração.

No caudal vivo da afectividade lusitana, a musa do Ocidente floresce no jardim da poesia trovadoresca, o nosso Minho, em que a saudade, a idealização da terra e do amor, ondeia nos ramos dos verdes pinos ou nas ondas azuis do mar.

Não olvidemos, por último, o Rito bracarense ou lusitano, que nos personaliza no campo religioso, mesmo quando reunidos no vasto Império godo (50).

Assim como o actual Rito bracarense, recriado talvez por S. Geraldo, é uma glória portuguesa no dizer do Papa BENTO XV, o rito suévico-lusitano do século V, longevo ponto de partida daquele, é uma glória nacional da nossa alta Idade Média, e um dos elementos da nossa diferenciação (51).

★

Chegados a este ponto é tempo de tentar a via da interpretação para captar o momento recôndito em que, em terras do Minho, gereceu e floriu, pela primeira vez, a consciência nacional.

Contemplemos os factos. Transportemo-nos ao Reino dos Suevos, pois aí, segundo cremos, se há-de divisar o instante histórico em que o espírito da Nacionalidade se define ou se actualiza, para todo o sempre e no espaço físico de Entre-Douro-e-Minho.

No primeiro decénio do V Século uma torrente impetuosa de Povos do Norte — Alanos, Vândalos e Suevos — força os Pirineus e derrama-se pela Península Hispânica. Esta irrupção é assinalada por todo o género de desolações, que IDÁCIO, historiador coetâneo, descreve sombriamente. Ao fim de três anos porém, os Bárbaros inclinam-se à paz e repartem entre si as províncias (52).

Na Galécia, os Suevos estabelecem-se na parte ocidental e marítima; acantonam-se no Convento jurídico de Braga.

(50) Mons. MIGUEL DE OLIVEIRA, *ob. cit.*, págs. 78-80.

(51) Sobre a história da Liturgia bracarense ver Mons. JOSÉ AUGUSTO FERREIRA, *Estudos Histórico-Litúrgicos — Os ritos particulares da Igreja de Braga e Toledo*, Coimbra, 1924; Mons. MIGUEL DE OLIVEIRA, *ob. cit.*; FRANCISCO JOSÉ VELOZO, *O ciclo cultural e político suévico-bizantino*, in «Bol. da Sociedade de Geografia», Abril-Junho, 1954, n.os 4-6. Ver ainda *Actas do Congresso Nacional Litúrgico Romano-Bracarense*, Braga, 1928.

(52) IDÁCIO, *Chronicon*, in «España Sagrada», IV, págs. 287-415; ou «Monumenta Germaniae Historica», Scriptores, *Chronica Minora a saeclorum*, IV, V, VI, VII, tomo II, Berlim, 1894, págs. 13-37.

Quando este povo tomou conta da Galécia ocidental, Braga era a capital romana da província e, segundo nosso aviso, já metrópole religiosa. O Bispo de nome Balcónia que então lá existia era, como julgamos ter demonstrado em monografia própria, metropolita de toda a Província, — do Douro ao Cantábrico (53).

Em Braga, capital da Nação sueva, os reis tinham a sua corte, o seu *palatium* e o que é mais o seu *thesaurus*. Passados os primeiros anos de violências, procuram viver pacìficamente com os Galaico-romanos: episcopado, aristocracia e povo. «Fazem-se amigos deles», como atesta ORÓSIO, «trocam a espada pelo arado», e, embora se constituam proprietários de terras, inicialmente na região bracarense, mercê de expropriações impostas, os possessores romanos acham-se agora com maior liberdade do que dantes (54).

O metropolita Balcónio ganha pouco a pouco influência junto dos Suevos, em particular entre os magnates e a família real.

A Igreja de Braga, que defendia a pureza da fé contra os dissidentes Priscilianistas e Origenistas, cujos focos principais se achavam fora do Minho, nos conventos de Lugo e Astorga e nas dioceses da Lusitânia, começa a inclinar-se decisivamente para os Suevos. Estes, não sendo cristãos, não eram heréticos. Podiam converter-se mais fàcilmente.

Ora é neste ambiente de aproximação suévico-lusitana que vai salientar-se o príncipe Requiário, filho de Réquila.

Na prelazia de Balcónio e na própria sede episcopal, sob a sua direcção, os Suevos, com Requiário à frente, convertem-se ao Catolicismo, segundo concluímos nas monografias dedicadas ao Bispo e ao Príncipe (55).

Dentro dos fortes muros romanos da Bracara Augusta assiste-se ao espectáculo admirável da catolização do primeiro povo Bárbaro a entrar no seio da Igreja. Pergaminho de primogenitura que não cabe à França com Clóvis e S. Remígio, mas sim à Galécia lusitana com Requiário e Balcónio.

Requiário não é só o primeiro rei católico da Galécia e da Espanha, mas de toda a Europa, e marca o início da Idade Média romano-germânica e cristã. Todavia é quase ignorado na literatura histórica da Península, decerto por não ser visigodo, património moral do país vizinho, e esquecido na da Europa talvez por não pertencer à Nação dos Francos.

Observemos, embora muito de relance, a vida de Requiário, depois de aclamado e da catolização oficial do reino. Logo pensa em instaurar o Império dos

(53) Ver nossa 1.ª *ob. cit.* em nota (1).

(54) PAULO ORÓSIO, *Adversus paganus Historiarum libri, septem*, Colónia, 1561, liv. VII, cap. 50.

(55) Nossos *ests. cits.* em nota (1).

Suevos na Hispânia. Facilita-lhe o intento a unidade católica do Estado suevo e de todas as províncias romanas da Península. Assim inicia as suas campanhas, chamadas pelo insuspeito JORDANES, cronista dos Visigodos, *tentativas de ocupação e conquista* (56).

Entretanto, assassinados o imperador Valentiniano III e o usurpador Máximo, acaba na realidade o Império romano, como anota HERZBERG (57). São agora os Godos quem escolhe o novo Augusto — é Avito, de estirpe goda.

Neste momento histórico, o Império suevo de Requiário é o único obstáculo que os Visigodos encontram na sua frente para criar o seu próprio Império germânico e ariano em todo o Ocidente da Europa (Gália e Hispânia).

Teodorico, com o beneplácito de Avito, entra nas Hispânias (456). Os Godos, como diz MENENDEZ PIDAL (58), haviam recebido do Império moribundo «a doação *mortis causa* da Hispânia». Doação que Requiário contesta. Sai ao encontro de Teodorico. A batalha trava-se a 12 milhas de Astorga, perto do rio Órbio. A vitória cabe aos Godos.

Requiário ferido, foge para os seus Estados, para Entre-Douro-e-Minho. Em sua perseguição os vencedores penetram em Braga. Foi um dia pavoroso, a ponto de lembrar a destruição de Jerusalém, conta IDÁCIO. Os Godos arianos vingam-se da urbe católica: «destroem as basílicas, roubam e derrubam os altares, expulsam dali as virgens, despojam o clero das suas vestes até à desnudez e do pudor, convertem os templos em horríveis estábulos de bois, jumentos e camelos» (59).

Ora Requiário refugiara-se no Castelo de Portucale, seu último reduto. Mas vencido de novo pelos soldados de Teodorico, é levado cativo para Braga, e na própria capital o rei visigodo lhe tira a vida (60).

A morte violenta de Requiário às mãos dos inimigos da Fé, ligada à prioridade da sua conversão, quando todos os reis bárbaros eram pagãos ou hereges, lembra a palma do martírio, que foi sempre considerada suprema graça, coroa de glória com que Deus distingue os seus escolhidos. Este dom, segundo S. MATEUS, o prometera Jesus Cristo a todos os primeiros promulgadores do Cristianismo. E não o foi Requiário?

---

(56) JORDANES, *De origine actibusque getarum*, in «Mon. Germ. Hist.», Auctorum Antiquissimorum, tomo V, 1882, pág. 116.

(57) G. F. HERZBERG, *História de Roma*, in «História Universal» de G. ONCKEN, trad. port., Vol. V, Lisboa, pág. 858.

(58) MENENDEZ PIDAL, *História de España*, III, Madrid, 1940, Introduccion, pág. XII.

(59) IDÁCIO, *ob. cit.*, an. 456.

(60) Ver supra nota (59).

Certo é que a primeira fase do Catolicismo dos Suevos não durou muito. Remismundo aceitará o arianismo. Todavia, por volta de 550, S. Martinho, em Braga, converte para sempre o rei suevo Carriarico e o seu povo (*).

Despedindo-nos, enfim, desta poeira de acontecimentos, que forma a narração histórica, procuremos, sem mais delongas, raptar a significação sociológica e filosófico-jurídica, que eles necessàriamente encerram.

Quando Suevos e Lusitano-Galaicos de Entre-Douro-e-Minho se uniram sob o lábaro da cruz do Redentor, sentindo-se irmãos nos interesses e nos ideais, nesse preciso instante formaram um só povo com fundamentação mais profunda do que a raça e mais valiosa do que a territorização. Alguma coisa de indestrutível e solene os identifica; alguma coisa de mais vivo do que a própria emoção religiosa e a unidade de crença; alguma coisa que resistirá à sucessão dos séculos: o holocausto pela fé, a perseguição sangrenta unidamente sofrida. Um dia só de horrendas violências como as infligidas por Teodorico à Bracara Augusta, cevando nela o ódio ariano ao Catolicismo, irmana e nacionaliza mais do que um passado de muitas gerações.

Pela comunhão da fé e do sacrifício, numa época em que o homem é sobretudo sentimental, se esboçou a compleição duma Nacionalidade. Não lhe faltou sequer a abóbada do Estado a reforçar a sua unidade no espaço e a sua consistência no tempo.

A Nação sueva, englobando dois povos fundidos no fogo vivo da religião, passa a ser o *Reino galiciense*, como lhe chama S. GREGÓRIO DE TOURS. Julgamos ser a primeira vez que se repara nesta designação coetânea a atestar uma Nação já profundamente territorizada.

A mutação do sentimento étnico de duas raças em sentimento nacional de uma Grei única operou-se desde a primeira catolicização de Requiário, desde a cruel imolação deste Príncipe pela sanha dos inimigos do seu credo.

A Nação inicia-se, de facto, ao ajoelharem no mesmo altar Suevos e Lusitanos e ao sofrerem por pertencerem à Igreja romana as mesmas dores, ataques e insultos. Nação que não tem quebras de continuidade até aos nossos dias.

A individualidade da Nação suévico-lusitana não se dissolve, nem se esvai, através de todos os incidentes históricos. Assim o prova, por todos, LUÍS GONZAGA DE AZEVEDO. Perdura como vimos, no domínio godo, como subsiste durante a Reconquista e aspira de novo à vida emancipada quando os Castelhanos submetem o reino de Leão, onde a Nação sueva, desde os começos, exercia verdadeiro império.

(*) Nesta conversão rápida vê-se, sem esforço, ao lado dos indiscutíveis méritos do Bispo de Dume, o rasto luminoso dos trabalhos de Balcónio e de Requiário.

A Nação que no século XII aparece com o nome glorioso de portuguesa não é outra senão a que desabrocha, com o elemento diferencial dos Suevos, no Minho, Pátria-mãe da nossa Pátria!

★

Fica, ao que julgamos, patenteada, a história genética da Nação portuguesa, a verdade da síntese que, não sendo eclectismo, contém e supera a *tese individualista* e a *antítese colectivista*.

Uma prudente interpretação da história, orientada sociològicamente, há-de incorporar a complexidade dos substractos e as inter-acções múltiplas. Mas reconhecerá que não são ùnicamente as tendências gerais o que constitui a chave explicativa dos acontecimentos. «Em todas as crises e viragens, como ensina WILHELM BAUER, existe sempre uma personalidade» (61). Segundo RANKE, o insígne mestre da história, «são sempre necessárias as grandes figuras para fazer efectivas as tendências dominantes».

Compreende-se agora o conteúdo do conceito de HEGEL: «o grande homem é o gerente do espírito universal». Quer significar: nem agente, nem agido, mas dirigente do seu povo conforme o espírito da comunidade. O espírito universal vertido em uma forma particular.

Braga irá celebrar, dentro em breve, em um Colóquio de Estudos Suévico-Bizantinos, o XV Centenário da morte heróica e dramática de Requiário. Figura que encarna e consubstancia a epopeia de um Povo. Comunidade que se faz Nação fundamentada na participação sentimental e épica de uma Cultura.

Bem hajam os promotores da Comemoração requiariana, nesta hora incerta e desprezativa dos mais sagrados valores da história, como os de soberania, pátria e nação.

Honrando e exaltando Requiário, e no mesmo culto histórico Balcónio, S. Martinho e S. Frutuoso, esses longevos vultos que prepararam a Nação, honramo-nos e exaltamo-nos a nós próprios. Honramos e exaltamos o Minho, a nossa pequena Pátria original, bastião eterno da Pátria de todos os Portugueses, tabernáculo augusto das nossas mais puras relíquias.

---

(61) WILHELM BAUER, *Introduccion al Estudio de la Historia*, trad. esp., Barcelona, 1944, pág. 97.

POSFÁCIO

O presente estudo, explicação totallista da génese da Nacionalidade portuguesa, embora nas proporções de um escorço, pode situar-se no átrio da história da Comunidade lusíada no Mundo, onde se congregam por vínculos de origem e de cultura, — e agora também por laços jurídicos de Direito Internacional Público, — Portugal transcontinental (luso-afro-asiático) e o imenso Brasil, a América dos Luso-descendentes.

De propósito não dizemos Comunidade luso-brasileira, sem embargo de ser este o nome oficial da aliança dos dois Estados, a que expressamente se refere o artigo 3.º do Tratado de Amizade e Consulta assinado no Rio de Janeiro em 16 de Novembro de 1953. (Acerca deste Tratado v. MACHADO VILELA, *O Tratado de Amizade e Consulta entre Portugal e o Brasil*, «Scientia Juridica», t. III, 11, 1954, págs. 244 e segs.; CAEIRO DA MATA, *A Comunidade Luso-Brasileira*, Lisboa, 1955; e J. M. DA SILVA CUNHA, *Direito Internacional Público*, Lisboa, 1957, págs. 211-213).

A etnia, a peculariedade psico-social «lusitânica» não é pertença exclusiva de Portugal daquém e dalém mar, na Europa, na África, na Índia ou na Oceânia. Lusíadas, Luso-descendentes, não são apenas os Portugueses, mas por igual os Brasileiros.

Constituímos, sem dúvida, Portugal e Brasil, um mundo supernacional, a despeito das divergências ou características intransferíveis que nos particularizam. Uma irmandade de povos, criada em áreas tropicais ou vizinhando os trópicos — o *luso-tropicalismo*, na classificação penetrante do etnógrafo brasileiro Gilberto Freire — e singularizada pelo idioma, «a lusitana fala», pelos sentimentos, pelos estilos de vida e convivência e pela espiritualidade comum.

A Lusitanidade em que se desenvolve o Brasil e o Portugal de todo o globo, essa unidade viva e original de sentimentos e cultura (que tropicaliza o luso-descendente e lusitaniza os trópicos) — superiormente estudada pelo mesmo GILBERTO FREIRE nos seus livros *O Mundo que o Português criou*, *Interpretação do Brasil*, *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*, *Casa Grande e Senzala*, — fundamenta-se sobretudo na interpenetração das civilizações e das raças e determina-se pelas constantes lusíadas: o instinto cristão e fraternal da convivência, que vai até às facilidades da miscibilidade étnica; o aventurismo da expansão, que leva os Portugueses e os Brasileiros também a todos os continentes e projecta a história de Portugal na história do mundo; a capa-

cidade «manuelina» de criar sínteses e hibridismos culturais, não apenas na arte religiosa mas em toda a paisagem social (v. g. nas habitações, nos vestuários, nos alimentos, nas plantações e criações pecuárias); e a efusão lírica e saudosa, a nota mais genuína da afectividade lusitana, que caracteriza a literatura portugueso-brasileira e influi até no pensamento filosófico, «humanismo sem excessos, o *logos* equilibrado pelo coração».

O foco primitivo desta etnia acha-se, evidentemente, no último Ocidente da Ibéria, em toda a Hispânia atlântica, Portugal e Galiza. É a Lusitânia espontânea, pré-romana, consignada já pelo geógrafo Estrabão. Os povos actuais desta orla atlântica, das duas bandas do Minho, têm, na carta espiritual da Romanidade, uma personalidade única. Formam a Comunidade de língua e literatura galego-portuguesa. E Portugal, politicamente independente, afirma de modo especial esta indivdualidade.

Os valores psico-sociais galaico-portugueses honram ao mesmo tempo a Comunidade portugueso-brasileira, cujo espírito neles se filia, e a própria Espanha, porque a Galiza de hoje, fracção nortenha da Lusitânia natural (já afastada da quase tropicalidade portuguesa, mas não da Lusitanidade), é o traço unitivo das duas séries de povos: os Lusitânicos (ou Luso-descendentes) e os Hispânicos. Séries afins pelo cristocentrismo que as caracteriza, mas contrastadas pelo modo de ser católico: o lirismo cristão, «fraternal e bom», peculiar aos Lusitânicos, que radica certamente no seu pendor sentimental, vindo das eras pagãs; e o cristianismo épico, específico da gesta histórica, imperialista, da Espanha.

O autor da *Casa Grande* e *Senzala*, acerca dos Povos lusitânicos, disse, um dia, em Lourenço Marques: «...a federação lusíada já tem as suas bases asseguradas. Todos nós que falamos a Língua portuguesa, que seguimos a tradição luso-cristã de vida, somos um povo só. Somos o verdadeiro «mundo só» de que fala o idealista norte-americano. Para essa federação de sentimento, de cultura, de tradição — para a sua consolidação, porque ela já existe — caminhamos a passos rápidos. O Mundo haverá de conhecer nela um dos blocos mais fortes de cultura moderna e de civilização tropical que já se desenvolveram...» (*Um Brasileiro em Terras Portuguesas*, Lisboa, 1952, pág. 181).

Ora essa «federação de sentimento, de cultura, de tradição», a Comunidade lusíada no Mundo, não tem outro prefácio explicativo, ou introdução, diferente génese, do que a da própria Nação portuguesa.

As duas Pátrias nasceram no mesmo ninho atlântico e dos mesmos factores naturais e políticos. Tiveram a mesma formação, pois o Brasil e Portugal não são mais do que formas particulares, expressões vitoriosas de uma só cultura, de uma só família super-nacional, a Lusitanidade em expansão.